



DIÁLOGOS E REFLEXÕES SOBRE ATENÇÃO PRIMÁRIA E SAÚDE LGBT+: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

Eixo Temático 34- REPENSANDO DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO NO BRASIL A PARTIR DE UM PARADIGMA COMUNITÁRIO

Alessandro dos Santos Gonçalves¹
Kueyla de Andrade Bitencourt²
Margarete Costa Santos³
Caroline Novaes Sousa⁴

RESUMO

Esse trabalho relata a experiência de uma ação extensionista sobre a saúde da população LGBT+ com profissionais da Atenção Primária à Saúde em Vitória da Conquista. A atividade, realizada em 2024.2, foi organizada por discentes de graduação, pós-graduação e docentes da área da saúde. 17 profissionais participaram da atividade, entre eles agentes comunitários, médicas, enfermeiras, recepcionistas, técnicas de enfermagem, profissionais da regulação e da portaria. Conclui-se que espaços de formação dialógica são fundamentais para sensibilizar profissionais de saúde, promovendo o cuidado com equidade e respeito à diversidade. A extensão universitária, nesse contexto, se destaca como estratégia potente de transformação social e difusão do conhecimento acadêmico junto à comunidade.

Palavras-chave: Profissionais de saúde; Gênero e sexualidade; Educação continuada.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) se organiza em princípios e diretrizes sobre a compreensão que todo o cuidado integral deve ser embasado nas determinações sociais do

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, alessandrogoncalves@ufba.br;

² Docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, kueyla@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia -UFBA, mt.ufba@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, carolinenovaes@ufba.br

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
Culturas Brasileiras 2017 - 2018
Gênero, Saúde e Sustentabilidade

processo de saúde-doença (Lucas Bulgarelli 2017, 2018). Em consonância, à Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) reafirma a identidade gênero e a orientação sexual como parte dessas determinações sociais, além de destacar a APS como espaço estratégico para o alcance do cuidado integral a esse público (Brasil, 2016).

De maneira geral, a saúde de LGBT+ se destaca nos últimos anos não só pelo marco da garantia do direito em si, mas também pela conquista através da articulação da sociedade civil, tendo resultado direto dessa articulação a própria PNSI-LGBT (Brasil, 2016). No entanto, ainda são grandes os desafios. Em levantamento nacional, além de dados e informações escassas sobre essas populações no sistema de saúde, também foram identificados barreiras de acesso formadas pela centralização do serviço, pelo não cumprimento das normativas e sobretudo pelo preconceito e falta de conhecimento dos profissionais no atendimento ao público LGBT+, levando a uma desassistência embasada na ignorância, preconceito e violência (Lucas Bulgarelli *et al.* 2024).

As ações de educação continuada são frequentemente recomendadas para suprimir as lacunas da formação dos profissionais de saúde (Ferreira *et al.* 2019; Campos, Reis, 2021). Embora não sejam suficientes e a incorporação dessas discussões no ensino superior seja indiscutível, a educação continuada ainda apresenta ser uma estratégia importante para minimizar as barreiras de acesso impostas pelo déficit no atendimento à saúde LGBT+ (Campos, Reis, 2021).

Assim, vislumbrando a compreensão basilar do cuidado integral da APS, a PNSI-LGBT+ e a necessidade de debater e compartilhar experiências que possam inspirar em estratégias para a oferta de um cuidado coerente a esse público, principalmente na APS, esse trabalho tem como objetivo relatar uma ação extensionista com caráter pedagógico sobre a saúde da população LGBT+ para profissionais da APS em Vitória da Conquista.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de um relato de experiência fundamentado nas atividades realizadas pelo projeto de extensão universitária que visa refletir sobre sexualidade, gênero e práticas de cuidado, sediado em Vitória da Conquista, Bahia. A experiência aqui apresentada refere-se especificamente ao processo de planejamento, execução e avaliação de uma formação em saúde LGBT+ realizada com profissionais da APS do município, em novembro de 2024.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
União Brasileira de Educativas em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

O relato contempla a vivência dos extensionistas envolvidos na ação. Para a sua sistematização utilizamos cinco tempos: No primeiro, a vivência da experiência e seu registro, garantimos a presença de todos os autores na ação e utilizamos roteiros, diário de campo, ata, lista de frequência e imagens para assegurar e preservar o máximo de informações; No segundo tempo, elaboramos as perguntas iniciais relacionadas ao objetivo, objeto e eixo central da sistematização do relato; No terceiro, a recuperação do processo vivido, realizamos a reconstrução da experiência com a ordenação dos fatos e classificação das informações obtidas; No quarto, realizamos a reflexão crítica, análise, síntese e interpretação do reconstruído, confrontando o referencial eleito para execução da ação e integrando outros referenciais; Por fim, elaboramos as conclusões teóricas e práticas, almejando o compartilhamento do que foi sistematizado (Holliday, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de extensão que facilita a ação aqui relatada tem como propósito central contribuir para a efetivação de direitos e para o enfrentamento das múltiplas formas de exclusão vivenciadas por pessoas sexo-gênero dissidentes, com ênfase nas práticas de atenção à saúde. Diante desse cenário, essas práticas foram pensadas e construídas coletivamente pelos participantes do projeto após discussão teórica sobre os temas abordados.

Considerando a constatação teórica e experiencial (vivências pessoais ou práticas na graduação) das lacunas na formação de profissionais da APS no atendimento às pessoas LGBT+, optou-se por realizar um momento formativo direcionado a tais profissionais. A formação apresenta-se como uma estratégia essencial para propiciar reflexões críticas, troca de saberes e fortalecer a atuação profissional comprometida com os direitos da população LGBT+.

Por conveniência, os profissionais convidados atuavam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) onde os docentes já realizavam atividades da graduação. Essa UBS, localizada em região periférica da cidade, é composta por duas equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), totalizando cerca de 20 colaboradores, entre agentes comunitários, técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros(as), odontólogos(as), médicos(as), profissionais da saúde bucal, agentes da regulação e vigilante.

A atividade foi planejada para acontecer durante a reunião das equipes, a fim de garantir maior adesão, contando com 17 participantes. Optou-se pela utilização de

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
Política Nacional de Saúde Integral LGBT+
Gênero, Saúde e Sustentabilidade

metodologias ativas para promover a participação dos profissionais no processo de aprendizagem, incentivando a reflexão crítica, o engajamento e a aplicação prática dos conteúdos discutidos. Essa abordagem rompe com o modelo tradicional, no qual o aprendiz ocupa posição passiva, e o reposiciona como centro do processo educativo, desenvolvendo competências como iniciativa, criatividade, pensamento crítico, autoavaliação e cooperação em equipe (Lovato *et al.*, 2018).

A formação foi conduzida por graduandos, pós-graduanda e docentes de enfermagem e psicologia, dividido em três momentos. No primeiro, em roda aberta, realizou-se uma aproximação teórica abordando identidade de gênero, orientação sexual, nome social e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT+. O diálogo aberto possibilitou que os profissionais compartilhassem dúvidas e questionamentos.

Em seguida, utilizou-se a estratégia de Mito e Verdade em pequenos grupos multiprofissionais. Cada grupo recebeu uma proposição e deveria classificá-la como verdadeira ou falsa, apresentando no mínimo quatro argumentos para embasar sua decisão. As sentenças analisadas foram: 1. Tratar da saúde de pessoas LGBT restringe-se à prevenção e tratamento de ISTs. Tal afirmação é um mito, pois a saúde dessa população envolve também dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, exigindo abordagem integral (Miskolci, *et al.*, 2022; Agostini, *et al.*, 2019); 2. Mulheres lésbicas não precisam realizar exames preventivos nem planejamento familiar. Também um mito, senso esse cuidado um dos objetivos da PNSI-LGBT (Brasil, 2016); 3. Nome social só pode ser utilizado por pessoas transexuais com documentos retificados. Mito. O uso do nome social não possui restrições e deve ser assegurado para garantir acolhimento e preservação de direitos (Brasil, 2016); 4. A promoção da saúde LGBT+ só é possível dentro das unidades de saúde. Mito. A desmistificação dessa ideia busca reorientar o cuidado para além dos espaços institucionais, alcançando os territórios onde essas populações vivem e circulam (Oliveira; Romanini, 2020).

Todos os mitos foram desmistificados com base em fundamentos legais e científicos apresentados pelos próprios profissionais, ora pelos mediados. Ficou evidente o despreparo para a produção de cuidados específicos para a saúde da população LGBT+, o que foi admitido pelos próprios participantes. Na socialização dos argumentos, surgiram com frequência ideias estigmatizantes, que reduzem o cuidado à prevenção de ISTs e à saúde mental, geralmente sob uma perspectiva patologizante.

Esse entendimento está diretamente relacionado à falta de conhecimento específico, aliada a preconceitos estruturais, que impactam negativamente as práticas assistenciais, comprometem o vínculo e provoca afastamento da população LGBT+ dos serviços de saúde



Essa experiência evidenciou o potencial transformador da extensão universitária, ao articular teoria e prática, e ao promover o encontro entre universidade e território, promovendo um avanço na compreensão dos profissionais sobre suas práticas, revelando também lacunas urgentes a serem enfrentadas.

O projeto reafirma a importância das ações de formação continuada, pautadas nas metodologias educativas e no diálogo horizontal, para desconstrução de estigmas e fortalecimento de um cuidado em saúde baseado na equidade e nos direitos humanos. Os resultados também apontam para a urgência de ampliar as iniciativas de educação permanente no âmbito da APS, com vistas à efetiva implementação da PNSI-LGBT e à superação das barreiras ainda presentes no cotidiano dos serviços.

Em termos de aplicação empírica, a experiência aqui relatada pode inspirar outras iniciativas extensionistas que tenham como objetivo fortalecer a formação cidadã de profissionais e contribuir para a construção de uma APS mais sensível às diversidades. A sistematização dessa prática também colabora com o campo da pesquisa em extensão universitária e saúde coletiva, demonstrando a relevância da atuação interprofissional, intersetorial e territorializada.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros possam aprofundar a investigação sobre os impactos de formações como essa no cotidiano dos serviços e nas relações entre usuários e profissionais. Também se faz necessário ampliar o diálogo entre universidades, serviços e usuários, promovendo um processo formativo verdadeiramente participativo, transformador e comprometido com a justiça social.



BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA No 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União - DOU, v. 183, n. Seção 1, p. 67–76, 2017.

FERREIRA, Breno de Oliveira; PEREIRA, Edson Oliveira; DA ROCHA, Matheus Barbosa; DO NASCIMENTO, Elaine Ferreira; ALBUQUERQUE, Ana Rayonara de Sousa; ALMEIRA, Maysa Milena e Silva; PEDROSA, José Ivo dos Santos. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. **RECIIS**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i3.1703.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAUJO, M.. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 112, p. 63–76, jan. 2017.

GUIMARÃES, Nilo Plantiko; SOTERO, Rafaela Lirio; COLA, João Paulo; ANTONIO, Suzana; GALAVOTE, Heletícia Scabelo. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **RECIIS**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i2.1712.

HOLLIDAY, O.J. Para sistematizar experiências. Trad: RESENDE, M. V. V. Ministério do Meio Ambiente, 2ª ed, Brasília, 2006. 128p.

LOPES JUNIOR, A. *et al.*. Ensino e Cuidado em Saúde LGBTI+: Reflexões no Contexto da Pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, p. e152, 2020.

MISKOLCI, R. *et al.*. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3815–3824, out. 2022.

NEGREIROS, F. R. N. DE . *et al.*. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 23–31, jan. 2019.

OLIVEIRA, Á. D.; NASCIMENTO, M. Percepções de profissionais da atenção primária sobre saúde e reabilitação física de usuáries LGBTQIAPN+. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, n. 22, 1 jan. 2024.